

GAZETA MERCANTIL

Quinta-feira, 12 de novembro de 1992

DIRETORIA
Director-Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy

Diretores Vice-Presidentes
Henrique Alves de Araújo
José Andréto Filho
Roberto Müller Filho
Roberto de Souza Ayres

Página 4

Econ-Brasil A hora é de agir para que o pessimismo não cresça

Tem sido minguada, mofina mesmo, a capacidade que o governo federal tem demonstrado de produzir boas notícias em matéria de questões econômicas. Num momento em que a demonstração de iniciativa (por si só uma boa notícia) e a definição precisa de algumas prioridades podem fazer a diferença entre uma retomada mínima e um aprofundamento da depressão, a "letargia tática" que parece caracterizar a equipe de governo do presidente em exercício está passando uma certa sensação de desalento para empresários, trabalhadores e para os próprios quadros oficiais.

É como se alguns temas recorrentes, mas sempre candentes, como a inflação, o corte dos gastos do Estado e a própria reforma fiscal (esta pelo menos apontada para uma discussão com o Congresso), tivessem ficado gastos por uso excessivo e agora pagassem o preço deste "déjà vu". Mesmo na frente social, superado o impacto que o "arrastão" carioca provocou no Planalto, o governo tem-se mostrado pouco capaz de sustentar suas melhores intenções.

Por isso, quando se lê, como ontem se encontrava estampado nesta folha, que os preços deverão subir menos em novembro do que os extraordinários 26,76% anotados pela Fundação Getúlio Vargas em outubro, é inescapável a conclusão de que estamos apenas transitando por um "dégradé" de péssimas notícias. Pois o que se nos reserva para novembro é uma correção dos preços de pelo menos 25%, o que remete à velha piada do suicida que acha que está tudo bem até o momento em que passa pelo 15º andar do edifício do qual se jogou do topo.

Há sinais evidentes de que tanto o mercado financeiro quanto os setores produtivos estão percebendo uma janela de oportunidade para uma descompressão dos preços. Mas há também sinais evidentes de que as autoridades econômicas estão reagindo com lentidão às mal delineadas expectativas do mercado.

O momento é mais do que propício para gestos que combinem efeito imediato com alterações substantivas no médio prazo. Isto é, o País está à espera de que o governo se empenhe em pelo menos sinalizar sua disposição de atacar os problemas de frente.

É sabido, por exemplo, que alguns elementos poderão a vir se somar aos existentes pressionadores de preços daqui até o final do ano. São eles, por exemplo, os dissídios coletivos, uma possível taxa negativa de juro (facilitando o consumo a prazo) e, ainda, as desconfianças e inseguranças relativas à reforma fiscal proposta pelo governo.

Mas, também, como notou economista da Universidade de São Paulo, "há um equilíbrio moderado nos preços relativos, apesar do nível inflacionário", o que poderia indicar que alguns setores já teriam recuperado suas margens de rentabilidade, podendo, agora,

desacelerar a correção de suas tabelas. A par disso, a possível contenção de algumas tarifas de serviços públicos poderia ajudar numa suave, mas alvissareira, queda da inflação.

Em outras palavras, qualquer que seja a trajetória assumida pelos preços ela já está mapeada e, de certa forma, aberta à intervenção oficial.

É ocioso, portanto, sublinhar, mais uma vez, o quanto é importante, em qualquer aspecto da vida econômica do País, que o governo batalhe no sentido de obter unidade operacional e política todas as vezes que se vê instado a definir rumos e a implementar seus aspectos práticos.

O governo, chefiado pelo presidente em exercício, poderia até ser louvado, nesta área de voluntarismos na qual transformou a vida brasileira, por seu cuidado em circunscrever os problemas, antes de atacá-los. Não percamos de vista, porém, o quanto é danoso, nesta quadra que vivemos, qualquer empenho na reinvenção da roda. Não precisamos de mais diagnósticos. Precisamos de mais ação.